**PORTARIA BANCO DO EMPREENDEDOR Nº 004,
DE 17 DE JANEIRO DE 2017.**

O PRESIDENTE DO BANCO DO EMPREENDEDOR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, Incisos II e IV, da Constituição do Estado, combinado com o art. 86 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, resolve:

SUSPENDER, por motivo de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 05/12 a 19/12/2016.

As férias legais da servidora MARIA CÂNDIDA FERREIRA DA CUNHA DALL'AGNOL, CPF 821.362.381-91, nº funcional 928826-2, Assistente Administrativo, previstas para o período de 05/12/2016 a 03/01/2017, referente ao Período Aquisitivo de 18/04/2012 a 17/04/2013, assegurando-lhe o direito de fruir os 15 (quinze) dias restantes em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e ao servidor.

ACY DE CARVALHO FONTES
Presidente do Banco do Empreendedor

TERRAPALMAS**PORTARIA CONJUNTA TERRAPALMAS Nº 09/2017
DE 17 DE JANEIRO DE 2017.**

Estabelece normas e procedimentos para cobrança de emolumentos relativos a serviços eventuais e outras providências.

O PRESIDENTE DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - TerraPalmas, indicado para o cargo conforme Ato Governamental nº 92, de 27 de janeiro de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 4.548, pág. 11, e eleito por unanimidade na Oitava Assembleia Geral Extraordinária, investido no cargo aos 5 de fevereiro de 2016, de acordo com art. 19, inciso II, combinado com o art. 31, §1º, do Estatuto Social da TerraPalmas;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer normas e procedimentos para a cobrança de emolumentos relativos a serviços eventuais realizados no âmbito da Companhia imobiliária do Estado do Tocantins - TerraPalmas e fixar os respectivos valores constantes no Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Para aplicação das normas e procedimentos instituídos por esta Portaria, consideram-se serviços eventuais aqueles especificados no Anexo Único, cuja solicitação do Cliente-Cidadão seja por meio de requerimento protocolizado na Gerência da Gestão do Atendimento - GGA e endereçado ao Diretor - Presidente da Companhia Imobiliária do Estado do Tocantins - TerraPalmas.

§1º O Requerimento de que trata o "caput" deste artigo deve necessariamente ser apresentado pelo proprietário do imóvel, ou por procuração de fé pública, constando obrigatoriamente o nome e a qualificação do interessado, número do telefone e/ou e-mail correspondentes, além de cópia dos documentos pessoais e complementares autenticados em cartório, sendo o termo protocolizado somente após o pagamento dos respectivos emolumentos.

§2º Os documentos solicitados deverão ser pagos obedecendo aos valores constantes no Anexo Único a esta Portaria por meio de Boleto Bancário e a entrega do(s) serviço(s) no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do protocolo.

§3º É isento da cobrança dos emolumentos estabelecidos nesta Portaria o Cidadão-Cliente:

I - beneficiado anteriormente pela Lei nº 836/1996 e Lei nº 1.685/2006 e que não tenha comercializado seu imóvel, por meio de contratos de cessões de direitos ou doações;

II - requerente em declaração de hipossuficiência à isenção dos emolumentos, nos termos do art. 5º, Inciso LXXIV, da Constituição Federal e da Lei Nº 1.060/50.

III - Idoso com mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, comprovando renda não superior ao salário mínimo, cuja isenção das taxas do anexo único seja por requerimento ao diretor presidente desta companhia.

Art. 3º Fica estipulado o valor inicial para cópias reprográficas o pagamento de R\$ 6,75 (seis reais e setenta e cinco centavos), e o valor de R\$ 0,35 (trinta e cinco centavos) por reprodução acima de 10 (dez) cópias.

§1º Fica isento do pagamento da taxa, acima descrita, a solicitação de até 10 (dez) cópias reprográficas, quando solicitadas por requerimento.

Art. 4º Os requerimentos dos serviços especificados nesta Portaria, ressalvados os referentes a Cálculo e Recálculo de Saldo Devedor de Imóveis; Certidão de Propriedade; Cópias Reprográficas e Revalidação de Autorização de Escritura; serão submetidos a vistoria pela Gerência de Fiscalização e Vistoria - GEFIS, cujo Laudo de Vistoria "in loco" conterá Relatório Circunstanciado, fotografias datadas e assinatura do profissional habilitado.

Art. 5º Os valores constantes no Anexo Único serão reajustados anualmente, considerada a variação percentual do salário mínimo vigente no País.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Aleandro Lacerda Gonçalves
Diretor - Presidente

ANEXO ÚNICO

Portaria TerraPalmas Nº 09, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS EVENTUAIS	Valor por unidade R\$
Cálculo e Recálculo de Saldo Devedor de Imóveis	70,50
Certidão de Quitação do Imóvel	28,00
Certidão de Propriedade	41,00
Cópias Reprográficas	0,35
Declaração para ligação de água e energia elétrica	25,00
Revalidação de Autorização de Escritura	1.350,00
Serviços Administrativos para Transferência de Imóveis a Terceiros, anexar contratos ou cessão de direito em processo de transferência	600,00
Vistoria "in loco" com respectivo Laudo	90,00

IGEPREV-TOCANTINS

PROCESSO Nº: 2015/24830/000732

INTERESSADA: MARIA BOTELHO DE SOUZA

ASSUNTO: Regularização Previdenciária

DESPACHO Nº 307/2017

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e com base na documentação constante dos autos, especialmente a manifestação jurídica da Doutra Procuradoria-Geral do Estado, objeto do PARECER "SPA" Nº 2.474/2016, de 08 de novembro de 2016, aprovado pelo DESPACHO "SCE/GAB" Nº 4225/2016, de 10 de novembro de 2016 (fls. 322/346), resolve:

I - INDEFERIR o pedido de Regularização Previdenciária, em razão da falta de viabilidade jurídica no atendimento do pleito.

II - NOTIFICAR a interessada para, querendo, exercer o direito ao contraditório e a ampla defesa, no prazo de 15 dias, a contar da data de publicação deste despacho no Diário Oficial do Estado.

GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, aos 17 dias do mês de janeiro de 2017.

Jacques Silva de Sousa
Presidente